

A importância do atendimento à mãe na psicose infantil

Sonia Pires

Psicóloga e psicanalista

O principal dano na psicose infantil é a alienação de uma parte de sua realidade, provavelmente causada por distorções do relacionamento mãe-filho. Algo aconteceu que não permite que ela se diferencie, ficando, então, presa em um momento precoce em que mãe e filho são um só.

Quando a mãe e o filho psicótico chegam até nós, é inevitável nos sensibilizarmos com a criança. Talvez ela desperte nossos conteúdos infantis, em que o desejo de ficar acoplada à mãe teve que ceder à necessidade de autonomia para sobrevivermos, levantando nossa demanda de cuidar dessa criança, de ajudá-la a “ser”. No geral, estão atrasadas em seu desenvolvimento físico e emocional, muitas vêm com suspeita de deficiência mental, mas é nítida sua ausência como criança, é como se presenciássemos a morte de algo acontecendo. Diferente do psicótico adulto que estruturou um delírio e conta uma história da infância de acordo com seus acertos defensivos, temos ali algo acontecendo. Socorrê-la faz parte dessa emergência que percebemos.

Portanto, diante de nós, com um drama desenrolando-se, muitas vezes esquecemos que essa leitura é nossa e que interferir nessa história é algo muito mais complexo.

Associei esse drama com uma recente descoberta da antropologia, sobre três crianças incas encontradas mumificadas na Cordilheira dos Andes. Elas, provavelmente, foram preparadas durante sua infância para fazer parte de um ritual em que eram oferecidas aos deuses para pedir boas colheitas e proteção contra catástrofes. Eram levadas ao ponto mais alto do lugar, onde recebiam uma pancada na cabeça e eram colocadas sentadas em tumbas em que, provavelmente, morriam de frio.

Imaginem se pudéssemos interferir nessa realidade. Se, com nossas conquistas, encontrássemos esse povo e

nos dispuséssemos a salvar essas crianças destinadas à morte. Provavelmente, seríamos expulsos como perturbadores da civilização ou mesmo como demônios.

É mais ou menos o que acontece quando nos dispomos a atender à criança psicótica, salvando-a a partir de nossa experiência prática e teórica. Só entramos se formos autorizados, se não oferecermos perigo. Mas o que ameaçamos quando cuidamos da criança psicótica?

Assim como nada sabemos a respeito dos motivos reais dos sacrifícios das crianças incas, nada sabemos a respeito da história dessa criança psicótica. Nesse caso, os fins parecem justificar os meios, existem razões suficientes que precisam ser compreendidas.

Reconhecer nossa ignorância nessa história é o primeiro passo para começarmos a compreender e, então, encontrar formas de interferir.

Então, vale retomar. E não usar a porta da frente, como se fôssemos os donos da situação, mas a entrada que nos é permitida, o lugar que nos foi dado. Afinal, por que essa mãe nos procurou? Sabemos que a criança psicótica só chega até nós a partir da demanda da mãe. Que demanda é essa?

Cada caso é um caso, mas, no geral, encontramos na história da mãe um acontecimento relativamente recente do qual ela não está conseguindo dar conta, como uma separação, a morte de alguém próximo ou algo do tipo, que vem denunciar que as catástrofes existem e, como não pode viver o drama por questões próprias, projeta nessa criança e a traz para cuidarmos.

Ou a criança começou a desenvolver uma mudança, a mostrar que pode, de alguma forma, viver longe dela, provocando angústia, da qual quer que nós a livremos, oferecendo um diagnóstico de deficiência mental, por exemplo. Como disse no princípio, em muitos casos de psicose infantil, o diagnóstico confunde-se com o de

deficiência mental. Como a criança encontra-se em desenvolvimento, muitas de suas aquisições motoras e intelectuais encontram-se prejudicadas pela invasão da ansiedade de se perceberem separadas quando começam a adquirir alguma autonomia. Margareth Mahler descreve como isso ocorre.

“A simbiose normal pavimenta o caminho para a fase de separação – individuação que se justapõe à fase simbiótica e a substitui. Como resultado do fluxo maturativo durante o segundo ano de vida, a criança normal adquire autonomia física relativamente avançada...”

“Por outro lado, algumas crianças reagem de modo adverso a essa autonomia recentemente adquirida e apegam-se cada vez mais à mãe. A compreensão de que funcionam separadamente pode provar intensa ansiedade em crianças vulneráveis que, então, tentam desesperadamente negar sua separação e lutam contra o reengolfamento por meio de crescentes oposições ao adulto de seu ambiente.”

Ao apegar-se, a mãe tem uma resposta por parte dela, que diz respeito ao lugar que a criança ocupa em sua história.

Ao adentrarmos nessa história, não temos, muitas vezes, instrumentos que avaliem se a criança é ou não deficiente mental, mas podemos dizer, sim, que seu desenvolvimento intelectual e motor está deficiente por conta da dificuldade de conquistar um lugar autônomo.

Muitas vezes, a mãe vem em busca do diagnóstico de uma deficiência mental para, definitivamente, colocar a criança em um lugar em que não poderia colocá-la.

Como descreve Piera Aulagnier:

“Todo o desejo de despertar, por parte do filho, vai ser sistematicamente combatido pela mãe – até que ele acabe por se persuadir de que “não pode”. Em todo caso, é na medida em que “não pode” que ele ocupa a mãe e é amado por ela.”

A mãe pode nos procurar, ainda, por ter percebido que o filho não é como as outras crianças e sente-se culpada ou com raiva da criança, que, de alguma forma, denuncia o fracasso dela como mãe.

A criança ocupa um lugar específico na fantasia da mãe, a princípio é um ser que tem os contornos adequados ao momento em que essa mulher percebeu que algo lhe faltava. A princípio, essa criança vai significar a promessa de complementaridade, o que é fundamental para que haja um lugar que a receba e dê nome a esse novo ser. No entanto, aos poucos, a criança vai mostrando que não corresponde ao filho sonhado, principalmente se for uma criança psicótica. Talvez tenha passado anos lidando com o filho como se fosse o ideal, sem permitir que ele existisse por si mesmo. Até que a realidade se impõe, e a decepção com o filho surge. Sentimentos dos mais variados podem surgir, dependendo da história da mãe.

Ocupar o lugar de mãe pode, ainda, levantar angústias que envolvem desde o bebê que se foi até o incômodo de sentir-se a menina que roubou o lugar da mulher invejada. Um filho com problemas pode ser considerado um castigo.

Devem existir outras inúmeras questões que trazem a mãe até nós. Mas, como pode ser observado, ela traz sua demanda colocada no filho.

Quando começamos a atender à criança, trabalhamos seus recursos para que consiga mais autonomia, e logo encontramos nosso primeiro empecilho: a mãe. Ela atrapalha, medeia do jeito que quer e não traz a criança aos atendimentos. Então, ficamos com “raiva”.

No entanto, deveríamos prever que essas mudanças, que cada vez mais apontarão para uma diferenciação, mesmo que pequena para nós, perceptível no nível do corpo para quem vive tão colado, aumentam a angústia materna, tornando-nos uma ameaça.

Temos, então, uma questão importante: não podemos responder à demanda da mãe, que é de que o filho retorne ao estado em que não a incomode mais.

Muitas vezes, tentamos nos desembaraçar dela, como o filho, encaminhando-a a outro terapeuta para cuidar de seus conteúdos, mas seus conteúdos são seu filho, é isso o que lhe importa.

Se insistimos nessa luta, todos perdem, afinal, sabemos o final dessa história – o “filho é dela”.

É nesse emaranhado que nos colocamos ao nos depararmos com uma criança psicótica. Ela faz parte de um contexto tão misturado com a mãe que mal podemos vê-la.

Todo o conhecimento prático e o teórico acerca do psiquismo e, principalmente, da psicose infantil nos ajuda se for permitida a nossa entrada na relação mãe-filho. Nesse sentido, não é a importância do atendimento à mãe que está em jogo, mas a importância de que a mãe do psicótico nos atenda, dando-nos espaço para:

- I – viabilizar a presença da criança nos atendimentos;
- II – compreender a criança e sua história;
- III – auxiliar no atendimento da criança.

Viabilizar a presença da criança nos atendimentos

Para tanto, é preciso incluí-la no processo para entendermos sua resistência ao atendimento do filho, acolhendo-a sem denunciá-la. É preciso compreender que a resistência é uma forma de proteger a si e ao filho do sofrimento psíquico, talvez a única que conheça.

Muitas vezes, somos ingênuos e supomos que, com uma lição de como se permite que uma criança cresça, vamos transformar essa mãe. Se isso fosse possível, ela já teria mudado com o filho, pois não devem ter faltado

peças da família ou da escola que perceberam as diferenças na criança e as denunciaram para a mãe. Ela, provavelmente, não pôde ouvir e, se ouviu, não pôde mudar.

Os porquês de uma criança ser psicótica ou não ainda não são claros, portanto não é uma questão de responsabilizar totalmente a mãe pela dificuldade de diferenciação, mas é preciso ajudá-la a perceber como ela vem lidando com essa dificuldade do filho, do quanto pode estar colocando o filho em um lugar estático que está a serviço da ocultação de conteúdos que são seus.

Existe, ali, uma criança construída a partir dos referenciais maternos; conhecer esses referenciais é dar lugar à possibilidade de que a mãe veja a criança de outra forma.

No entanto, precisamos ser humildes para respeitar seus limites e pacientes para ouvir sua história, que quase sempre se confunde com a do filho. Para tanto, não existem regras, ela é quem vai nos dar os sinais de quando podemos interferir e como.

Penso um pouco nessa dupla mãe e filho como um único paciente que nos procura, por algum incômodo. É possível ser trabalhado algo nele, mas, antes, temos que lidar com seu movimento contrário que se agarrou a uma crença antiga. A mãe aprendeu a lidar com suas dificuldades e as do filho de uma forma que funcionou até agora. O trabalho é no sentido de mostrar para mãe e filho que já não precisam mais fazer uso dessa forma de lidar com as questões que os afligem. Trazendo de volta a história das crianças incas, seria como instruir “esse povo” a obter mais segurança, fortalecendo-os e ampliando seus horizontes. Mas isso é teoria, só mesmo estando lá para saber.

Só mesmo estando lá, junto dessa dupla, para conhecermos o emaranhado dessa história de mãe e filho é que encontraremos outro “bebê”, um bebê-mãe provavelmente assustado e fazendo o melhor que pode para sobreviver psiquicamente. Como os “incas”, talvez, os recursos de que dispunha para lidar com o filho psicótico sejam tão frágeis que é preciso chamar os deuses.

Conforme montamos a história da criança, remontamos a da mãe e colocamos-nos ao seu lado. Com essa compreensão, instrumentamos-nos para ajudar a ambos a terem outras escolhas.

Compreender a criança e sua história

O diagnóstico na psicose infantil é fundamental na determinação dos limites e recursos que teremos; no entanto, o mais importante é como essa viagem nos ensina que cada história é única e que, portanto, nada sabemos. Assim, tornamos-nos dependentes da mãe como

a criança e, ao mesmo tempo, responsáveis pela busca do sentido da psicose dentro da história da mãe.

Não é por meio do determinismo que ela (a mãe) é culpada, mas devido à dinâmica que as dificuldades do filho provocaram nos conteúdos maternos, distanciando-nos do papel de juizes, que nos aproximamos do nosso lugar de quem observa e pesquisa.

Essa pesquisa não nos leva, inevitavelmente, à conclusão de que a mãe precisa ser tratada. Ao contrário, não é a mãe quem poderá reconhecer a história do filho separada da sua. A princípio, precisamos buscar na história que ela conta da criança um espaço para que essa criança se construa e possa, então, contar sua própria história.

“A criança psicótica está impedida de falar; sua fala, quando existe, é estereotipada, desprovida de sentido simbólico e afetivo.” As formas tradicionais de entrar em contato com ela ficam, portanto, dificultadas. No entanto, a mãe sabe como comunicar-se com ela, conhece seus sinais visceralmente.

A mãe, desde os primeiros encontros com o bebê, antecipa seu desejo, decifrando o que o aflige. Para tanto, regride a um estado pré-verbal, em que a fala é corporal, no nível de sensações. Só mais tarde abandona esse lugar para, então, permitir que a criança se separe e possa encontrar sua própria forma de expressar-se no mundo.

Ao recebermos mãe e filho, essa cumplicidade é percebida independentemente de ser um quadro de psicose infantil. Mas, no caso da criança psicótica, muitas vezes, é só o que temos. O estado de regressão da mãe persiste assim como o da criança; sendo assim, a comunicação é outra e é própria da dupla.

Não podemos aprender a linguagem psicótica como se aprende outra língua, pois se fôssemos a outro país, seria só usá-la e todos nos compreenderiam. No caso da dupla mãe-filho, essa fala é inventada a partir dos momentos de contato íntimo, como o da mãe que antecipa o desejo do bebê.

Precisamos aprender essa fala única porque, talvez, seja o espaço possível de contato com a criança, que, apesar de estreito, é uma via de acesso que possibilitará nossa entrada em seu mundo, mesmo que, a princípio, como objeto simbiótico.

Auxiliar no atendimento da criança

Mas é preciso que a mãe, além de nos mostrar como é a comunicação, permita-nos estabelecê-la. Para tanto, precisamos reconhecer o lugar que ocupamos como suscitadores da angústia materna. Compreender o quanto ameaçamos nos dá a dimensão da paciência necessária de ocupar lugar algum, a princípio, para

sermos, então, autorizados a ocupar o lugar de meros aprendizes dessa relação e para, então, conhecermos o tamanho do conflito, que passa perto do que Piera Aulagnier descreve:

“O Eu infantil achar-se-á, então, confrontado com um conflito insolúvel: como ele poderia existir diante de um outro quando constata ou crê constatar que este último lhe impõe ser e ser apenas aquilo que supostamente tinha sido? E como poderia existir por si mesmo, se toda mudança é ou lhe parece denunciada pelo outro, como prova de desaparecimento de toda permanência entre aquele que fomos e que se investiu e aquele que nos tornamos?”

Mergulhar nessa relação, às vezes, é a única forma de fazer parte desse contexto. Mas é preciso saber entrar e sofrer a angústia de ocupar lugar algum, a princípio, para então servir de ponte entre mãe e filho, ajudando-os a encontrarem um caminho que os auxilie a buscarem outras opções.

“... projetar uma abordagem terapêutica em que a mãe pudesse envolver-se plenamente no processo, sendo assim ajudada a emprestar-se ao filho, a fim de reexperimentar as fases evolutivas distorcidas e perdidas. ... A terapeuta serve como catalisador, agente da transferência e pára-choque entre o filho e a mãe.”

Atendi a uma criança psicótica há algum tempo, encaminhei a mãe para outro profissional, o qual não procurou. Depois de muitos progressos e oito meses de atendimento, ela me pediu chorando para não vir mais dizendo: “O menino não agüenta mais, não dá para ele continuar vindo, tem uma parede de tijolos bem pesado nas suas costas, pelo amor de Deus, deixe ele ir”. A mãe procurou-me para dizer que ele não queria vir mais e que não precisava mesmo continuar, pois estava indo muito bem na escola. Depois de alguns meses que a criança deixou o atendimento, a mãe voltou a me procurar dizendo que o filho estava ótimo e que agora o filho menor era quem precisava de ajuda. Não incluindo a mãe no atendimento, desvencilhei-me dela, mas não a ajudei nem aos filhos a lidar com o peso que carregavam. Talvez, se a incluísse, a parede de tijolos ficaria nos meus ombros e eu teria a oportunidade de emprestar meus recursos e, quem sabe, transformá-la em uma forma de defesa para o garoto.

Colocar a mãe junto da criança, a princípio, pode ser tranquilizador para ambos, apesar de mais difícil para quem cuida.

Penso que resistimos a isso como a mãe resiste a nós. Não é nada fácil assistir a uma relação mãe e filho psicótico sem se angustiar. Talvez, seja como assistir à preparação de uma criança para um ritual inca. É preciso muita humildade da parte dos profissionais que cuidam do caso para entender que pouco podemos fazer sem a ajuda dessa mãe, nos casos de psicose infantil, e muito se percebemos o lugar e a função dessa mãe na dinâmica da criança.

Quero terminar minha apresentação pedindo emprestado ao filme “Prisioneiros do Silêncio” um raro desfecho que salva mãe e filho. A história desenrola-se dentro de um apartamento, onde a mãe mantém o filho autista e diz que isso é tudo de que ele precisa. O garoto já é um adolescente. A mãe rompeu seu relacionamento com o marido e com a filha para cuidar do garoto. Só lhe resta uma irmã que lhe apresenta um homem. Ele se interessa em ensinar ao garoto a pôr uma fita no vídeo, a mãe insiste que o filho não conseguirá. Aos poucos, esse homem vai trazendo a ela a recordação de sua história com o filho. O garoto aprende a colocar a fita no vídeo. Ela, surpresa, percebe o que vem fazendo e leva-o a uma instituição; o garoto resiste e, então, ela lhe fala do que poderia ser alcançado a partir de um atendimento dirigido a ambos.

Bibliografia

- AULAGNIER, P. *A violência da interpretação – Do pictograma ao enunciado*, São Paulo: Imago, 1975.
- AULAGNIER, P. *Um intérprete em busca de sentido I e II*. São Paulo: Escuta, 1990.
- FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- LAPLANCHE, J.P. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- MANNONI, M. *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MAHLER, M. *As psicoses infantis e outros estudos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.